

# CULTURA HISTÓRICA: TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES HISTORIOGRÁFICAS<sup>1</sup>

*José Jobson de Andrade Arruda<sup>2</sup>*

## **Cultura Histórica e Historiografia**

Pensar a cultura histórica é pensar historiograficamente. Pensar a cultura histórica é atravessar os vários momentos de cristalização historiográfica com a instauração de linhas mestras interpretativas hegemônicas e hegemônicas. É ser capaz de pairar sobre os vários momentos historiográficos sem se identificar com nenhum deles em particular e procurar entender por que aquelas linhagens interpelativas se tornaram dominantes.

Se nos fixarmos na segunda metade do século 20, constatamos a emergência de dois momentos substanciais, caracterizados por conjuntos paradigmáticos, que se traduzem em pares de opostos conceituais, conjuntos esses que se inserem em territórios reflexivos diversos e formulações conceituais específicas.

Qual o destino de tais conjuntos que, no fundo, para a prática da História, são instrumentos operacionais? Haverá lugar no futuro para o simples retorno da problemática metodológica e teórica dominante na primeira metade do século 20? Em que medida a segunda teria condições de alargar seus horizontes e, por vias de desdobramentos impostos pela pesquisa, preservar ainda por algumas décadas a sua hegemonia? Um diálogo cerrado entre as correntes que se apresentam como antagônicas não poderia criar um novo paradigma analítico capaz de dar conta da complexidade quase inapreensível do conhecimento histórico?

## **Territorialidades Historiográficas**

O equacionamento da problemática em tela exige, preliminarmente, o delineamento dos principais territórios historiográficos do século 20. O primeiro que se firma de modo indelével na primeira metade do século e tem por referência emblemática a tese de Fernand Braudel, publicada em 1949, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*<sup>3</sup>, produto final de um movimento renovador no campo da História que vinha se pondo desde a terceira década do século, uma espécie de síntese do pensamento da Escola dos *Annales*, da qual se tornou o líder incontestado. Suas idéias tornaram-se o farol de toda uma geração,

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na Mesa-Redonda “Representações, Territorialidades e Cultura Histórica”, durante o Seminário “História e Cultura Histórica”, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 25 de abril de 2007.

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade do Sagrado Coração (Bauru - SP).

<sup>3</sup> BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. 2 v. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1949].

desbordou as fronteiras da França e adquiriu significação mundial: uma forma de fazer história, um modelo de procedimento historiográfico, que o próprio Braudel e todo o seu grupo, especialmente Ernest Labrousse e Pierre Vilar, seus principais escudeiros, tratavam de impor, utilizando, para tanto, todas as armas de que dispunham, o controle dos postos acadêmicos na Universidade; a distribuição de recursos financeiros através das agências de fomento à pesquisa; a divulgação dos trabalhos através das revistas especializadas ou das publicações editoriais.

Nesse território, que poderíamos denominar de Velha História, exclusivamente por sua anterioridade em relação ao paradigma que a sucederia, poderia, numa formulação mais generalizante, ser considerada uma História essencialmente econômica e social. Seu objeto eram as *macroabordagens*, vastos sujeitos coletivos cuja percepção exigia a ênfase no *estrutural*, nas linhas de força capazes de dar vida a um determinado sistema, no caso, o sistema capitalista em formação. Sua compreensão exigia um esforço de *análise*, de *reflexão* sistemática e crítica permanente que, não obstante, para ser inteligível, compreensiva aos homens do presente, precisava ser reduzida a *conceitos*, capazes de dar aos historiadores uma capacidade operacional, reducionismo consciente, mas necessário, considerando-se a vastidão dos objetos reconhecidos como dotados de dignidade historiográfica. O fechamento da reflexão em um número finito de conceitos encerrava o procedimento e apontava, necessariamente, numa determinada direção, pois todas as opções não realizadas, vencidas, foram sendo deixadas para trás, consubstanciando a idéia de um determinado *sentido*, que não se inscrevera previamente na mente do historiador, mas que se instala como a única opção possível no momento em que o processo se delinea e consoma. A escala de tempo, nestes termos, tem que ser alongada. O tempo é a *média duração*, uma escala de tempo que media entre os 30 e os 50 anos, tempo crítico para a percepção histórica na medida em que se instala entre a fugacidade do tempo curto e a longevidade da duração secular. Inevitavelmente, as médias durações delinham hegemonias de classe, considerando-se sua visão de mundo, sua *ideologia*, um elemento fundamental na compreensão do jogo do poder que, nestes termos, faz girar toda a roda da História. Se reconhecermos que há uma relação necessária entre todas as expressões escandidas, que elas dialogam entre si formando um todo harmônico, é inegável que exista uma *razão* recôndita que as atravessa, uma inquestionável razão histórica.

O segundo território historiográfico cria-se por oposição ao primeiro. É o fruto de uma nova geração de historiadores, em sua grande maioria gestados nas entranhas dos grandes mestres do primeiro movimento. A obra-símbolo é, sem dúvida, *Montaillou*, publicada em 1975, escrita por Le Roy Ladurie<sup>4</sup>, cuja tese de doutoramento sobre a história do clima<sup>5</sup> havia sido dirigida por Ernest Labrousse. Cumpre exemplarmente os novos paradigmas historiográficos que haviam sido anunciados no lançamento da *Bibliothèques des histoires* e, mais objetivamente

---

<sup>4</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia occitana, 1294-1324*. Lisboa: Edições 70, 2000 [1975].

<sup>5</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Histoire humaine et comparée du climat: Canicules et glaciers XIII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 2004.

ainda, no livro-bíblia do novo movimento que é *Faire de l'histoire*<sup>6</sup>. Nascia aqui uma nova história, essencialmente cultural, que se aproximava muito mais da Antropologia e da Literatura. Utilizava-se de fontes até então consideradas secundárias, a exemplo dos repertórios inquisitoriais, deles extraindo uma nova história das mentalidades, que evoluiria para o estudo das representações sociais.

O resultado é o surgimento de um novo olhar sobre e para a História. Os *microrrecortes* ganham estatuto e objetos banalizados são revalorizados. O *pontual*, o contingente, a filigrana ganham realce e assumem a rebalta. A redução dos objetos comporta a *descrição* detalhada, não qualquer descrição, mas aquela que fosse capaz de recriar esteticamente o passado, o que passa a exigir dos historiadores o talento dos grandes escritores, o domínio da erudição, o estilo. As abordagens *narrativas* retornam e as fontes literárias são revisitadas, uma revanche da história *evenementielle* com roupagens novas, agasalhadas por um renovado conjunto paradigmático. *Símbolos*, signos e mitos passam a ter lugar de destaque nesta narrativa rejuvenescida, formas através das quais se expressam as *representações* sociais, o que obrigava o historiador a recorrer a um entrecruzamento entre o *tempo curto* e o *tempo longo*, o engastalhamento do tempo curto da descrição ou da narração no tempo longo estrutural indispensável à apreensão das representações sociais inscritas nos imaginários culturais. Uma História instalada mais ao nível da *sensibilidade* do que da inteligibilidade, um *troisième niveau* incalculável para uma parcela significativa da comunidade de historiadores.

Postos frente à frente, os pares de oposições conceituais referidos nos remetem, ao mesmo tempo, aos limites do necessário diálogo entre memória e história. Se pensarmos como Maurice Halbwachs<sup>7</sup>, que do lado da memória está tudo que flutua, o múltiplo, o sagrado, o mágico, a imagem, e que do lado da história se alinha o laicizante, o problemático, o crítico e o conceitual, seria quase inevitável afirmar que o primeiro conjunto paradigmático está mais do lado da história e que o segundo remete à memória, ou, como quer Paul Ricoeur<sup>8</sup>, de um lado a fidelidade da memória e, de outro, a verdade da história.

### **Presente e Passado**

A urdidura do tecido histórico se faz a partir dos impulsos do presente. É o presente, em sua fugacidade incontrolável que, num átimo de tempo, torna o presente em passado, ao mesmo tempo em que ilumina-obscorece, silencia-exalta, congela-reaquece, mas também oblitera o lugar de onde se fala, transformando permanentemente o passado “*sob os influxos do presente, uma vez que as trajetórias pessoais e coletivas são incessantemente repostas*”<sup>9</sup>. Cria-se um tecido imaginário,

---

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. 3 v. Paris: Gallimard, 1974. A divulgação da nova doutrina histórica ficou por conta do *Dictionnaire de l'Nouvelle Histoire* (Paris: Éditions Retz, 1978).

<sup>7</sup> HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

<sup>8</sup> RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Le Seuil, 2000, p. I.

<sup>9</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Prismas da Memória: Emigração e Desenraizamento”. *Revista do CEPFAM*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 4, 1998, p. 18.

por força do “sujeito que lembra e significa o que foi previamente significado, num processo de ressignificação permanente que constitui o próprio tecido do imaginário”<sup>10</sup>. O presente destrói o passado, dele se alimenta, mas prescinde de sua experiência social concreta.

O evento passado é plenamente reorganizado e assimilado pelo presente, exprimindo, nesta seção, a busca de unificação do presente pelo evento pretérito, reduzindo o passado às suas expressões mínimas, apreensíveis e validadas pelo presente<sup>11</sup>. Reversamente, as reconstruções memorialísticas do passado revelam o tecido esgarçado da sociedade que comemora, porque comporta discursos e contradiscursos, construções e desconstruções, que apontam para a dimensão fugaz do presente histórico e a validade das comemorações como espaços criativos de reflexão histórica que enlaçam, vigorosamente, a tríplice temporalidade numa unidade de sentido. É exatamente a pleora de possibilidades que permite a imensa variedade de apropriações identitárias do passado:

*Nos exercícios de rememoração, a história recordada esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas entre os acontecimentos, presentifica as ausências. Por isso, apesar de a memória ensinar uma história narrada, a reconstrução memorialística ‘não precisa de matéria’, no sentido preciso de que ela fia a própria substância.*<sup>12</sup>

## **Presente e Futuro**

A interpenetração passado e presente não se esgota em si mesmo. Ela inclui um *horizon d’attente*, na formulação de Paul Ricoeur<sup>13</sup>, uma certa expectativa de futuro em que os atores históricos, sejam sujeito ou objeto das construções historiográficas, estão inexoravelmente submetidos. Ao vivenciar o presente, fazem-no sob a influência das luzes que se anunciam no porvir, a condição de quem se opõe à *guetter l’aurore*<sup>14</sup> da História, reforçando a noção de pluralidade temporal que institui um novo regime de historicidade<sup>15</sup>.

Assumir esta formulação pressupõe incorporar a nova concepção de temporalidade, essencial à compreensão dos fenômenos históricos, concepção essa que supera a clássica compartimentação passado, presente, futuro, que elegia o passado como tempo privilegiado da História; que recusava o presente como o

---

<sup>10</sup> ARRUDA, “Prismas...”, p. 18.

<sup>11</sup> CARDOSO, Irene. “A comemoração possível”. *Tempo Social*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 10, n. 2, out. 1998, p. 11.

<sup>12</sup> ARRUDA, “Prismas...”, p. 17.

<sup>13</sup> Paul Ricoeur fala de um horizonte de expectativa, um regime de historicidade aberto em direção ao futuro, face à ausência de projeto de nossa sociedade moderna. Cf. RICOEUR, Paul. *Du texte à l’action*. Paris: Le Seuil, 1986, p. 391.

<sup>14</sup> Paráfrase inspirada no livro de DELUMEAU, Jean. *Guetter l’aurore: un christianisme pour demain*. Paris: Bernard Grasset, 2003.

<sup>15</sup> Cf. HARTOG, François. *Régimes d’historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

produto mais acabado da História, como sempre quis Wiltold Kula<sup>16</sup>. Pressupõe assumir a noção de complexificação da temporalidade histórica, em que os tempos se entrelaçam, realizam uma dialógica temporal, uma dicção transtemporal, uma leitura transtextual do tempo. Dialógica temporal essa já pensada por Martin Heidegger em 1926<sup>17</sup>, para quem o homem é o único animal que sabe de sua morte, um ser que caminha para o “haver sido”, o que lhe dá a percepção do passado a partir do futuro, sendo a História nada mais do que a consciência que os homens têm desta temporalidade, fazendo do presente uma permanente antecipação do futuro, pois ele sabe, em cada caso, “ser futuro”<sup>18</sup>.

Um tempo presente dilatado se faz às expensas do passado e do futuro, um tempo que, ao produzir sua própria luminosidade, absorve o brilho do passado e do futuro, eclipsando o próprio tempo histórico, tornando-se o tempo da memória, da amnésia cotidiana, uma espécie de “presente monstro”, à semelhança do que Pierre Nora chamava de “evento monstro”, porque ele é multiforme e multívoco, sendo ao mesmo tempo tudo e quase nada, por estar sujeito à tirania do imediato<sup>19</sup>. Isto explica as formulações aparentemente sem sentido sobre a natureza do tempo ao se falar de um “futuro do passado”; “um passado que não passou”; “o futuro como um presente que se alargou”; “o presente como passado do futuro”. Se para Hannah Arendt o presente surgia como uma “brecha entre o passado e o futuro”, preferiu-se considerá-lo “uma cristalização do passado e do futuro”, uma articulação temporal que valoriza o papel do presente, um presente recomposto, adensado, o tempo da historicidade sobre o qual se deve debruçar o historiador, atento à sua pluralidade, isto é, à multiplicidade de temporalidades do presente permeado por variadas fontes discursivas, sem perder de vista os perigos de sucumbir ao presentismo.

### ***Historiografia e Cultura Histórica***

A realização efetiva da reflexão historiográfica torna imprescindível a distinção entre a historiografia, entendida na sua primeira acepção, isto é, a arte de produzir obras históricas, e a historiografia, na sua dimensão mais refinada que é a de ser uma análise crítica das obras de história produzidas pelos historiadores e dos próprios historiadores em sua imersão histórica. Vale dizer, pensar as obras que são produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçaram, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, expondo o tempo a partir de que falam

---

<sup>16</sup> “Si las fuentes históricas son todos os vestigios del pasado, toda la obra de los tiempos pretéritos, el más importante de los vestigios, la más importante de las obras, es la realidad que nos rodea. La más grande, la más rica, la menos aprovechada de las ‘fuentes históricas’”. KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973, p. 594.

<sup>17</sup> Cf. HEIDEGGER, Martin. *El concepto de tiempo*. Madri: Trotta, 1999, p. 28-29 (Conferência publicada na Alemanha em 1926).

<sup>18</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006 [1979].

<sup>19</sup> Cf. HARTOG, *Régimes d'historicité...*, p. 217.

seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações dos seus construtores.

A pergunta que subjaz a estas constatações é a explicação do porquê a expressão historiografia adquiriu tal visibilidade<sup>20</sup>, a ponto de seus cultores para ela reivindicarem um lugar próprio entre as disciplinas das Ciências Sociais.

A primeira aproximação é assumir que se a História é, em sua acepção mais elevada, a memória crítica da experiência social da humanidade, a historiografia acaba por ser a memória crítica da própria História, sua chave de segurança que realiza, preferencialmente no longo do prazo, a avaliação do conhecimento produzido, apontando as fragilidades, expondo os excessos, exibindo as lacunas, denunciando as ideologias. Seu avultamento perante a própria História é uma espécie de catarse frente à crise dos paradigmas das grandes narrativas, um esgotamento já anunciado por George Duby, em 1987<sup>21</sup>. Crise de crescimento, de toda evidência, tal é a vitalidade da produção de obras históricas, disponível em quantidade e velocidade jamais imaginada, viabilizada pelas modernas tecnologias de informação, marca indelével da sociedade em rede pensada por Castells<sup>22</sup>. Uma pletera tão intensa de informações tolda o pensamento e reforça o relativismo, ao mesmo tempo em que põe diante de nossos talentos a necessidade de buscar novos paradigmas, somente alcançáveis pela reflexão historiográfica, que põe no centro da História “sujeitos corpóreos”, seres que “constituem e modificam classes, estruturas e sistemas”<sup>23</sup>. Uma história severa, crítica permanente de si mesma, transforma a historiografia em seu aparato controlador, sua consciência propriamente histórica, seu *dieu cachet*, que nos autoriza a resgatar a idéia de um sentido para a História, descolada de seu corolário teleológico, tornado possível pelo colapso das ideologias hegemônicas e dos finalismos utópicos.

De modo semelhante, a cultura histórica não se reduz a um exercício diletante de erudição vazia, puro texto, puro discurso, pura literatura, pois remete ao objeto central da História, que é a produção de conhecimento.

Somos, por esta via, relançados à problemática dos territórios historiográficos, uma constelação conceitual que se delinea com nitidez. De um lado, as palavras de ordem, vocábulos-síntese: macro, estrutural, análise, reflexão, conceitos, sentido, média duração, ideologia, razão; de outro, micro, pontual, descrição, narração, símbolos, representação, curta/ longa duração, imaginário, sensibilidade. Será que ao invés de serem pares de oposições conceituais não poderiam transformar-se em pares de referências dialogais em busca de um novo paradigma para a reflexão historiográfica em que a síntese histórica fosse ao mesmo tempo verticalizada e alargada? Somos *experts* em invocar a diversidade cultural e o

---

<sup>20</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Historiografia: a História da História do Brasil (1945-2005)”. *Clio*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, v. 14-15, 2006, p. 15-32.

<sup>21</sup> Cf. DUBY, George. *Magazine Littéraire*, n. 248, 1987.

<sup>22</sup> Cf. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v. 1: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

<sup>23</sup> Cf. ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2005.

reconhecimento do “outro”, mas nos recusamos a reconhecer o “outro” historiográfico, alojado em correntes que não são a nossa. Transformamos nossas associações em redutos de defesa de nossas convicções, espaço de exclusão dos contrários, de absoluto apagamento do outro, antialogais, uma verdadeira ordem dos historiadores defensora da corporação e das concepções hegemônicas no momento, exatamente o oposto do que reivindicaram os historiadores franceses, ao se posicionarem contra as leis memoriais baixadas pelo governo francês, defendendo a *Liberté pour l’histoire*<sup>24</sup>.

Talvez seja esse o motivo para a sensação de sufocamento sentida por George Duby em 1987; para o mal-estar detectado por Pierre Nora em 2006, mas que tem, na reflexão de François Furet, de 1995<sup>25</sup>, sua razão mais profunda: privados de Deus, das utopias redentoras, despossuídos da ilusória segurança da Ciência que fazemos, vemos tremer sob nossos pés a divindade histórica.

### RESUMO

O texto discute a cultura histórica em uma perspectiva historiográfica, tendo como referência os vários momentos de cristalização historiográfica, com a instauração de linhas mestras interpretativas hegemônicas e hegemônicas. Com a segunda metade do século 20 como recorte temporal, constata-se a emergência de dois momentos substanciais, caracterizados por conjuntos paradigmáticos, que se traduzem em pares opostos conceituais, conjuntos esse que se inserem em territórios reflexivos diversos e formulações conceituais específicas e que são foco de reflexão para a discussão apresentada.

**Palavras-Chave:** Cultura Histórica; Historiografia; Século XX.

### ABSTRACT

The paper discuss Historical culture in an historiographical perspective, taking as references various episodes of historiographical crystallization, with the building of interpretative master lines, hegemonic and hegemonizing. Focusing on 20<sup>th</sup> century second half, two moments are shown, characterized by paradigmatic groups, which are translated on opposed conceptual pairs. These groups are inserted in different reflexive territories and specific conceptual formulations that sustains the reflexive discussion presented.

**Keywords:** Historical Culture; Historiography; 20<sup>th</sup> Century.

---

<sup>24</sup> Citado por François Dosse, *L’histoire et la guerre des mémoires*, conferência proferida no Seminário “História e Cultura Histórica”, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 24 abr. 2007, p. 4.

<sup>25</sup> Cf. FURET, François. *Le passe d’une illusion: essai sur l’idée communiste au XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Robert Laffont/ Calmann-Lévy, 1995, p. 808.